



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

1 **Reunião Extraordinária do Comitê LGBTI+ PR - 05/05/2022**

2 No quinto dia do mês de Maio do ano de 2022 às 14h00min, através do link  
3 (Plataforma Google meet): [meet.google.com/ihv-xkbi-zue](https://meet.google.com/ihv-xkbi-zue) e presencialmente no  
4 Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, Sala de Reunião do 5º  
5 andar, nesta capital, deu-se início à Reunião Extraordinária do Comitê Intersectorial  
6 de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas,  
7 Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras orientações sexuais,  
8 identidades e expressões de gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR).  
9 Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia, **Titulares Governamentais:**  
10 ANA FELÍCIA BODSTEIN DE FREITAS (SEJUF); ALBERTO RICARDO OPOLZ  
11 (SEJUF); REGINA CÉLIA VITÓRIO (SEED); MARA CARMEN RIBEIRO  
12 FRANZOLOSO (SESA); CLAUDIO MARQUES ROLIN E SILVA (SESP); SANDRA  
13 MARCIA DUARTE (SESP) e MAYARA BONDE (SECC). **Suplentes**  
14 **Governamentais:** MARIA EDUARDA JANOTTO DA FONSECA (SEJUF); JEAN  
15 PABLO GUIMARÃES (SETI) e LUCIMAR PASIN DE GODOY (SESA). **Titulares da**  
16 **Sociedade Civil:** MARGARETE LOPES IUNG – “MARGOT JUNG” (AMLGBT);  
17 KASSIA HELLEN MARTINS (ANAJUDH LGBTI); BRUNA IARA LORIAN CHAGAS  
18 (Associação Flor de Lis LGBT); BRUNA RAVENA BRAGA DOS SANTOS  
19 (Associação de Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu “Casa De Malhú”);  
20 MATEUS CESAR COSTA (Grupo Dignidade) e OTAVIO LUIZ COSTA (IBDESEX).  
21 **Suplentes da Sociedade Civil:** AMANDA ANDERSON DE SOUZA (PDT  
22 Diversidade) e ANGELA ALINE HAIDUK ROSA (CRP). **Colaboradores:** THAMIRYS  
23 NUNES (Aliança Nacional LGBTI+); SAULO GASPAR (Gerente de diversidade -  
24 Prefeitura de Maringá); CAMILA DOS SANTOS (SESA); LUKA (Residente Técnica –  
25 DEDIF/SEJUF); JANAINA PLASIDO (MPPR); DAIANE PEGO (DEDIF/SEJUF) e  
26 RENATA BORGES (ANTRA). **Justificativas de Ausência:** Marcel Cesar (CRP)  
27 justificou sua ausência à secretaria executiva. **1. Abertura:** Bruna Ravena em sua



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

28 qualidade de Coordenadora do Comitê LGBTI+ saudou a todos, todas e todes. **2.**  
29 **Aprovação da pauta:** Bruna solicitou a inclusão do ponto: “Retorno do Protocolo nº  
30 18.867.059-8 sobre a manifestação do HUOP quanto ao interesse em se habilitar no  
31 Processo Transsexualizador”. A pauta foi aprovada sem ressalvas. **3. Aprovação da**  
32 **ata de reunião extraordinária de abril de 2022:** Bruna indagou se todas (os/es)  
33 receberam a ata da reunião extraordinária de abril e se alguém queria solicitar  
34 alterações. Não houve solicitações de alterações ou ressalvas e, portanto: a ata foi  
35 aprovada por unanimidade. **4. Reunião Extraordinária sobre o Plano Estadual:**  
36 Ana Felícia mencionou que havia em andamento o processo de elaboração do Novo  
37 Plano Estadual de Políticas Públicas para LGBTI+, assim sendo, as (os)  
38 representantes da nova gestão necessitam rever as ações lá previstas e seu  
39 processo como um todo. Portanto, como a pauta da atual reunião já estava muito  
40 extensa, Ana solicitou que seja realizada uma Reunião Extraordinária para debater a  
41 elaboração do Plano Estadual. Durante este processo, serão reencaminhados todos  
42 os documentos e propostas para as Secretarias para que estas se manifestem sobre  
43 as metas, indicadores e etc. Bruna (Associação Flor de Liz) concordou com a  
44 proposta exposta e perguntou se há alguma ideia de data e hora para realização da  
45 reunião extraordinária. Ana Felícia respondeu que ainda há a necessidade de  
46 reservar sala e organizar a agenda de todas (os/es). Saulo enfatizou que o mês de  
47 Maio e Junho será de muito trabalho para todos (as/es) que trabalham com Políticas  
48 Públicas e esta pauta é de suma importância para o Comitê LGBTI+. Portanto,  
49 devido a agenda cheia de todas (os/es), Ana Felícia sugeriu que a reunião seja  
50 realizada o mais tardar em Julho para ter todo esse período - de Julho até o fim das  
51 Eleições Gerais - para poder debater e aperfeiçoar o Plano Estadual. Bruna informou  
52 que a data será informada e debatida no grupo de *Whatsapp* do Comitê. Janaina  
53 sugeriu que a última versão do Plano Estadual seja encaminhada para todas (os)  
54 representantes para conhecimento prévio do documento. A proposta de reunião  
55 extraordinária para elaboração do Plano Estadual foi aprovada por unanimidade. **5.**



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

56 **Violação de DH de Pessoas Trans em Arapongas/PR (Renata Borges):** Renata  
57 Borges (ANTRA) pontuou que a vítima, Eloá, vem do Norte do Brasil e chegou a  
58 Arapongas/PR trabalhando com prostituição, onde neste local, o ponto é a Rodovia  
59 Federal e ocorre paulatinamente a precarização dos corpos e violações de todas as  
60 formas. Renata indicou que Eloá acabou cometendo um delito e após isso, o  
61 Batalhão Policial de Arapongas cometeu transfobia contra ela e a encaminhou para  
62 a Polícia Civil, e no Sistema Prisional raspam todo seu cabelo. Visto isso, Renata  
63 destacou que para ela isso é tortura, pois o cabelo para as mulheres é tudo, sendo  
64 praticamente suas dignidades, principalmente para as meninas que trabalham com  
65 prostituição - Bruna complementou que é a construção da identidade feminina.  
66 Portanto, após ter conhecimento sobre a violação, Renata foi visitá-la e verificar as  
67 violações de tratados/portarias que foram rompidas, não sendo um caso específico  
68 de Apucarana/PR, mas sim, de todo Interior do Estado onde aparentemente o Poder  
69 Público não chega e as pessoas acreditam que podem violar direitos livremente. Em  
70 complementação, Renata enfatizou que o Sistema Prisional no Estado do Paraná  
71 não devolve a dignidade a ninguém, pelo contrário, cria “pessoas piores” por conta  
72 de um ambiente altamente insalubre e doentio. Além de raspar sua cabeça -  
73 entendendo erroneamente que ela é um homem - e colocá-la em convívio com  
74 outros homens... Renata declarou que: “*se fosse comigo preferia que me matassem*  
75 *a passar por essa violação, pois não teria saúde mental para se olhar novamente no*  
76 *espelho*”. Dando sequência em sua fala, Renata indicou que erro na concepção do  
77 Sistema Prisional tem de que a Ala LGBT - que existe somente na Cadeia de Rio  
78 Branco do Sul na Região Metropolitana de Curitiba - não é algo bom para as  
79 pessoas, tendo que ir para Curitiba e em um “lugar abandonado”, pois eles não  
80 sabem o quanto o Movimento Social lutou para sua criação. Renata ressaltou o ‘vai  
81 e vem’ de cargos comissionados que em trocas de gestões acabam atrapalhando  
82 todo o trabalho já realizado. Portanto, Renata solicitou que não se atentem somente  
83 no caso de Eloá, mas que a própria SEJUF faça uma visita ao Sistema Prisional



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

84 para observar e garantir os direitos da população LGBTI+, pois ela mesma, não tem  
85 saúde mental para isso. Bruna reiterou o relato da Renata, pois sabe na pele tudo  
86 isso por também já ter passado em situação de cárcere e viver esse tratamento  
87 violento, e que, depois da porta, esquecem que você tem nome social ou qualquer  
88 direito, sendo frequentemente abusada - de todas as formas - pelos demais presos.  
89 Bruna indagou ao Dr. Marques se a SESP tem um mapeamento de quantas travestis  
90 atualmente estão em situação de cárcere no Estado do Paraná e quantas delas  
91 estão em Rio Branco do Sul. Sobre o caso da Eloá, Bruna informou que está tendo  
92 uma efetividade maior no COPED - tanto na Comissão de Acompanhamento do  
93 Sistema Prisional, quanto na Comissão LGBTI+ - e estão sendo realizados  
94 encaminhamentos. Sendo assim, poderia ser uma duplicata de solicitações caso o  
95 Comitê encaminhe algo. Além disso, Bruna destacou que há certa resistência da  
96 Polícia Civil em lavrar os boletins de ocorrência em casos de transfobia, tendo que  
97 sempre estarem acompanhadas de um advogado para que sejam colocadas as  
98 informações corretas nos BO's. Jean reiterou as falas anteriores e indicou que em  
99 2018, um colega foi pesquisar sobre as travestis no Sistema Prisional do Paraná e  
100 surpreendentemente constava que não havia nenhuma travesti presa em todo o  
101 Estado segundo os dados oficiais. Isso se dava porque quando elas eram presas  
102 eram registradas como homens, portanto, os dados oficiais não batem com a  
103 realidade porque são registrados de forma incorreta. Amanda destacou que quando  
104 se fala de privação de direitos humanos, uma das coisas mais importantes a se fazer  
105 é uma quantificação de pessoas travestis e transexuais que estão em situação de  
106 privação de liberdade, pois quando se traz dados de 2018 de que todas são  
107 registradas como homens faz-se necessário visitar todo o Sistema Prisional do  
108 Estado do Paraná com a colaboração dos órgãos - como SESP e SEJUF. Em  
109 seguida, o Dr. Marques informou que foi instaurado um procedimento administrativo  
110 para apurar a situação e que os dados sobre a quantificação de travestis e  
111 transexuais que estão inseridas no Sistema Prisional serão verificados em todos os



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

112 setores e informados ao Comitê. Ana Felícia sugeriu como encaminhamento uma  
113 solicitação de apoio ao COPED para realização da visita à penitenciária, pois o  
114 COPED já possui articulações de acesso ao Sistema Prisional. Os  
115 encaminhamentos acima foram aprovados por unanimidade. **6. Parada LGBT de**  
116 **Maringá no dia 15 de maio / Semana Maringaense de combate à LGBTIfobia de**  
117 **09 a 13 de maio (Margot lung - AMLGBT):** Margot informou que é organizada  
118 todos os anos a Semana Maringaense de Combate à LGBTIfobia uma semana  
119 antes da Parada LGBT, nesta semana são realizadas palestras todos os dias de  
120 segunda-feira à sexta-feira. Segue a programação: Segunda-feira - Preconceito  
121 Contra LGBT's Dentro do Próprio Movimento; Terça-feira - Por Uma Educação Não  
122 Fascista; Quarta-feira - Danos Psicológicos às Pessoas LGBT's; Quinta-feira -  
123 História da Sexualidade, O Corpo Dócil; Sexta-feira - Segurança Pública e a  
124 Comunidade LGBT na Sociedade. Portanto, Margot solicitou que o Comitê ajude a  
125 divulgar e convidar as pessoas a participarem e pontuou também que infelizmente  
126 não será possível fazer transmissão das palestras. No Domingo, encerrando a  
127 semana - mas não menos importante - acontecerá a Parada LGBT de Maringá,  
128 estendendo assim, o convite para todas e todos participarem e divulgarem. Bruna  
129 solicitou que seja encaminhado o material disponível para divulgação. **7. Alteração**  
130 **dos formulários criminais da Polícia Civil, Polícia Militar e Departamento**  
131 **Penitenciário (Rennan Ziemer - PDT Diversidade):** Amanda mencionou que a  
132 partir da experiência de outros Estados é possível fazer a alteração no SISTAG para  
133 inclusão do Nome Social e Identidade de Gênero, sendo de suma importância até  
134 mesmo para quantificação dos dados e fomentar políticas públicas nos Estados e  
135 Municípios. Essa alteração já foi feita nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo,  
136 Mato Grosso do Sul e Pernambuco, e agora, o projeto é trazido como proposta de  
137 implementação no Paraná. Ana Felícia informou que existe um protocolo tramitando  
138 na SESP justamente voltado para essas alterações e que foi encaminhado um ofício  
139 solicitando celeridade. Saulo indicou que há 09 (nove) meses essa questão é tratada



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

140 e indagou qual é o impedimento para que o Paraná ainda não tenha efetivado a  
141 alteração dos formulários. Dr. Marques informou que o protocolo necessitou passar  
142 por diversos órgãos e que, apesar da previsão de implementação para Agosto de  
143 2021, deve ser acompanhado diariamente para celeridade do processo, não  
144 justificando a demora, mas infelizmente a burocracia das secretarias é lenta. Bruna  
145 salientou que agora será lançado o Documento Único e perguntou se todo esse  
146 processo estará somente a nível estadual ou nacional, pois não adiantará de nada  
147 discutir essas questões enquanto o Governo Federal já decretou o prazo de 01(um)  
148 ano para implementação de um novo documento no Estado do Paraná. **8.**  
149 **Regulamentação do Instituto de Identificação sobre o nome social (Thamirys**  
150 **Nunes):** Thamirys informou que houve um retorno do Instituto de Identificação de  
151 que menores de 16 anos só podem incluir o seu nome social com um laudo médico,  
152 que segundo ela, é uma transfobia institucional. Neste sentido, solicitou que o  
153 Comitê oficie a Secretaria de Segurança Pública e o Instituto de Identificação  
154 pedindo que altere a necessidade de laudo. O Dr. Marques informou que, repassou  
155 a questão para o Ministério Público para que eles e o Instituto de Identificação  
156 discutam a questão e reconheçam que é desnecessário esse laudo, sendo essa  
157 uma “medida de preocupação” do Instituto por conta de pessoas que lutam contra os  
158 direitos da população LGBTI+, pois quando acionado sempre se disponibiliza a  
159 incluir o Nome Social e não cria obstáculos. Janaina informou que irá conversar com  
160 o Dr. Rafael sobre o caso e verificar se tem a possibilidade de manifestação por  
161 meio do CAOPJDH/MPPR ou articulações neste sentido, comprometendo-se a  
162 trazer um retorno sobre o tema na próxima reunião. Lucimar indicou que passou um  
163 processo na SESA sobre a questão e a posição da Secretaria é de que não há  
164 previsão e nenhum marco legal da Saúde em relação à exigência de laudo, sendo  
165 totalmente contra. Recentemente, no fim do ano passado, a SESA lançou a  
166 **Resolução 974/2021** que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da  
167 identidade de gênero da usuária travesti e do (a) usuário(a) transexual em todas as



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

168 unidades da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, nos estabelecimentos com  
169 vínculo com o Sistema Único de Saúde e dá outras providências. **9. Retornos de**  
170 **Protocolos:** Bruna informou que os próximos pontos de pauta seriam interligados e  
171 serão apresentados para conhecimento de todas (os/es). **9.1. Retorno do CPATT**  
172 **sobre a solicitação de que endossa a argumentação da inclusão de pessoas**  
173 **trans nos esportes de acordo com a sua identidade de gênero (Protocolo nº**  
174 **17.897.640-0):** O Ofício 035/2021 tinha como assunto “*solicitação de elaboração de*  
175 *pesquisa qualitativa e quantitativa que endossa a argumentação da inclusão de*  
176 *pessoas trans nos esportes de acordo com a sua identidade de gênero.*” Bruna  
177 realizou uma leitura dinâmica do retorno - Ofício 01/2022 enviado no dia 03 de  
178 Janeiro de 2022 - por conta da extensão da pauta. Thamirys perguntou se esse  
179 estudo citado no ofício seria apenas para adultos ou também menores de idade.  
180 Bruna respondeu que foi apenas sobre pessoas trans, não sendo especificada faixa  
181 etária porque as pessoas que foram solicitadas para estudo são pessoas que já  
182 fazem acompanhamento no CPATT. Thamirys definiu que seria melhor perguntar ao  
183 CPATT se eles teriam interesse em incluir no estudo menores de 18 anos que façam  
184 o protocolo nos ambulatório destinado. Além disso, ela destacou que há uma grande  
185 diferença entre a mulher trans que não foi bloqueada daquela menina trans que foi  
186 bloqueada e depois fez a hormonização cruzada, portanto, para o estudo ser  
187 completo deveria observar as duas perspectivas. Lucimar informou que atualmente o  
188 CPATT trabalha em seu processo de acolhimento apenas com pessoas maiores de  
189 18 anos, sendo neste momento, a realidade que existe. Amanda complementou que  
190 não se pode exacerbar a prerrogativa de atendimento do CPATT, pois este é um  
191 órgão governamental, sendo apenas possível que o Comitê através de uma  
192 solicitação peça que seja realizado o cruzamento. Thamirys destacou que sua  
193 sensação é de que se somente observar a população maior de idade não haverá  
194 uma visão ampla dessa nova população jovem que acaba nunca sendo incluída nas  
195 políticas públicas e nos pareceres. Amanda respondeu que entende essa questão,



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

196 pois também já foi uma criança, mas é necessário entender o alcance de cada órgão  
197 e não acabar esbarrando em redundâncias. Renata reiterou o debate e indicou que  
198 para ela o CPATT não funciona e que, em Apucarana, ela possui uma roda de  
199 conversa com três meninos trans e que acabam tendo problemas psicológicos pela  
200 falta de apoio e atendimento. Além disso, Renata destacou que a solução não é  
201 espalhar CPATT's por todo o Estado para atender pessoas LGBT's, mas sim, um  
202 atendimento adequado pelo SUS pela UBS local das (os) pacientes. Portanto,  
203 Roberta pontuou que o Movimento LGBTI+ não deveria ter solicitado a criação do  
204 CPATT, mas sim, o acesso dos LGBTI+ por meio da Portaria 2803 nas UBS. Além  
205 disso, Renata indicou que a hormonioterapia está centralizada no CPATT e nem  
206 todos conseguem acessá-la por estar localizada somente na Capital. Bruna  
207 acrescentou que os hormônios podem ser dispensados pela Farmácia do Estado  
208 que está em todas as regionais. Portanto, Bruna listou que como encaminhamento  
209 será realizado uma nova solicitação para cruzamento de dados para que se possa  
210 dar continuidade, pois já é de conhecimento comum que há uma sobrecarga para a  
211 Comunidade Trans pelo CPATT. **9.2. Retorno sobre a solicitação de visita no**  
212 **novo espaço do CPATT (Protocolo nº 18.113.571-9):** Bruna realizou a leitura do  
213 Despacho referente ao Processo nº 18.113.571-9 e informou que deverá ser  
214 encaminhada a solicitação para visita técnica do Comitê para verificar o espaço que  
215 o CPATT está alocado. Ana Felícia sugeriu que seja solicitada agenda e após o  
216 conhecimento da data exata: realizar as indicações nominais de quem deverá  
217 realizar a visita técnica. Lucimar informou que desde o dia 01 de Abril de 2022 o  
218 CPATT já está na Rua Amintas de Barros, nº 816. A nova estrutura do CPATT foi  
219 muito bem pensada e o espaço ficou bem acolhedor, sendo essa visita totalmente  
220 bem-vinda. Bruna perguntou se caso a pessoa trans do interior faça o  
221 acompanhamento e necessite apenas da dispensação do medicamento, ela pode  
222 fazer pela 9ª Regional de Saúde ou necessita vir à Capital. Lucimar respondeu que a  
223 Dra. Edna do CPATT tem muito cuidado quanto essa questão, pensando que o





COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

224 CPATT é um serviço na modalidade ambulatorial credenciado pelo Ministério da  
225 Saúde. Atualmente, no Estado do Paraná a hormonioterapia é realizada através do  
226 CPATT e a Dra. Edna tem muito cuidado para fazer essa dispensação, sendo  
227 importante ouvi-la sobre o tema. Perante essa centralização do serviço, a SESA  
228 trabalha para oferecê-lo em outras regionais de saúde conforme a Portaria, sendo  
229 um processo demorado, mas que está sendo encaminhado. Renata Borges informou  
230 que não há a possibilidade devido ao fornecimento de verbas serem Federal e não  
231 Estadual, complicando sua descentralização devido a diversas questões - como o  
232 desmonte federal que ocorre na gestão atual. Bruna complementou o primeiro  
233 encaminhamento - solicitar uma data para visita técnica - e sugeriu que o próprio  
234 CPATT ou a SESA criasse uma cartilha do TFD para as pessoas trans no Estado do  
235 Paraná para que esse material seja distribuído e elas conheçam a iniciação e os  
236 direitos deste processo. Outro encaminhamento sugerido pela Bruna foi de convidar  
237 a Dra. Edna para falar sobre o processo de centralização do atendimento. Os  
238 encaminhamentos supracitados foram aprovados por unanimidade. **9.3. Retorno da**  
239 **SESA sobre atendimentos de crianças e adolescentes trans no CPATT e no**  
240 **Hospital de Clínicas (Protocolo nº 16.782.149-9):** Bruna realizou a leitura do  
241 protocolo e a Ana Felícia indicou que o ofício foi recebido antes da posse das (os)  
242 representantes do Comitê e, portanto, o processo ficou sobrestado e agora foi  
243 trazido à reunião. Kassia acrescentou que a implementação da habilitação do  
244 Processo Transexualizador no HC foi paralisada e em 2015 foi lançada uma nova  
245 resolução com novos requisitos para essa habilitação e em última resposta a  
246 Superintendência do HC confirmou que por enquanto não existe nenhum andamento  
247 de habilitação do processo transexualizador. Visto isso, Kassia solicitou que o  
248 Comitê envie ofícios tanto para o HC quanto para a SESA referente ao tema.  
249 Amanda informou que em 2018 quando foram feitas as delimitações para o plano de  
250 governo que incluía a questão da saúde para 2019, foi possível incluir 03 hospitais  
251 de referência, mas o processo transexualizador ficou concentrado em Goiás.



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

252 Amanda destacou que a implementação não é impossível durante o atual Governo,  
253 porque o Ministério da Saúde cortou toda a verba do processo transexualizador na  
254 esfera federal - sendo feito apenas o possível com os Municípios e com os Estados.

255 **9.4. Retorno do MS sobre a solicitação de alteração na Portaria nº 2803/2013 -**  
256 **MS, e acesso aos dados sobre a população LGBTI+, em Curitiba (Protocolo nº**  
257 **18.161.069-7):** Bruna realizou a leitura sobre os principais pontos do retorno dado  
258 pelo MS sobre o tema. Amanda destacou que o levantamento da população não é  
259 possível ser feito pela pesquisa DIVAS, pois este era feito por autoapresentação de  
260 pessoas travestis e transexuais, sendo necessária uma nova solicitação de  
261 quantificação com maior exatidão - Bruna complementou que a pesquisa Divas foi  
262 feita apenas em Curitiba, sendo necessário que sejam realizadas pesquisas no  
263 Estado do Paraná. Portanto, Amanda sugeriu que o Comitê solicite ao Ministério da  
264 Saúde a pesquisa feita corretamente para levantamento da população LGBTI+ no  
265 Estado do Paraná. **9.5 Retorno da SECC sobre materiais que trabalham a**  
266 **temática da diversidade sexual e de gênero, nas bibliotecas públicas do**  
267 **Paraná (Protocolo nº 17.147.258-0) / 9.6 Retorno da SEED sobre materiais que**  
268 **trabalham a temática da diversidade sexual e de gênero, na comunidade**  
269 **escolar do Paraná (Protocolo nº 17.147.183-4):** Bruna pediu que seja novamente  
270 solicitada à SECC e a SEED as normativas que garantem o acesso de pessoas  
271 trans do uso do Nome Social - maiores e menores de idade - e a utilização do  
272 banheiro, solicitou também que informem quantas pessoas trans estão nas unidades  
273 educacionais. Bruna informou que recentemente recebeu uma denúncia via ligação  
274 de uma menina trans de 17 anos que relatou que a diretora solicitou que ela não  
275 utilizasse o vestiário feminino porque estava "constrangendo as demais alunas", esta  
276 diretora alegou que estava recebendo denúncias - e depois se contradisse dizendo  
277 que não recebeu denúncias. Visto isso, a mãe da menina voltou ao colégio para  
278 garantir o direito do uso do Nome Social e da utilização do banheiro. Bruna ligou  
279 para o colégio - como instituição ONG Casa de Malhú - e houve conversas com o



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

280 Secretário da Unidade e diversas explicações que o que estava acontecendo era um  
281 crime de transfobia. Além disso, Bruna salientou que a SEED deve cobrar e oferecer  
282 instrução e formação feita por pessoas trans, não cis gênero dando formação sobre  
283 identidade de gênero e expressão de gênero. Regina informou que o trabalho da  
284 SEED junto às escolas com profissionais trans tem acontecido, inclusive houve um  
285 trabalho intersetorial em conjunto com a SEJUF. Além disso, há as normativas para  
286 uso do Nome Social e utilização dos banheiros desde 2010 e uma página com toda  
287 a documentação que a SEED produziu para não só tratar da temática, mas também  
288 orientar as escolas, professores e etc. Bruna destacou que formações voluntárias não  
289 suprem a demanda, as formações devem ser obrigatórias por gestores de unidades  
290 públicas. Portanto, deverá ser feita uma nova solicitação sobre a temática deste  
291 curso de formação e instrução de gestores e equipe pedagógica. Regina destacou  
292 que na época havia poucas vagas, mas este ano a temática foi trabalhada com os  
293 técnicos da SEED, por fim, solicitou que o caso da menina trans de Foz do Iguaçu  
294 seja encaminhado à secretaria, pois não houve atuação por desconhecimento do  
295 caso. Jean destacou que as ações realizadas pela SEED não chegam, por exemplo,  
296 a Campo Mourão e nas cidades ao entorno, tendo apenas pesquisadores voluntários  
297 e alguns funcionários da SEED. Para além da distribuição do material didático sobre  
298 diversidade sexual e de gênero, urge a necessidade de formação e instrução dos  
299 (as) professores (as) - porque eles (as) podem simplesmente ignorar o material.  
300 Portanto, Jean sugeriu que nas próximas reuniões seja pautada às políticas de  
301 formação docente no Estado do Paraná referente a gênero e diversidade sexual.  
302 Bruna ressaltou que é urgente que a Secretaria de Educação discuta os temas -  
303 mesmo que ainda somente no campo pedagógico -, pois estes adolescentes estão  
304 na puberdade e necessitam de orientação. **9.7. Retorno do Protocolo nº**  
305 **18.867.059-8 sobre a manifestação do HUOP quanto ao interesse em se**  
306 **habilitar no Processo Transexualizador:** Bruna realizou a leitura do Ofício nº  
307 180/2022 do Hospital Universitário do Oeste do Paraná quanto ao interesse em se



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

308 habilitar para realização do Processo Transexualizador, este que não tem interesse  
309 em realizar o atendimento, pois o mesmo encontra-se com sobrecarga de atividades  
310 atendendo os demais estados e inviabiliza suplementar a sobrecarga. Amanda  
311 sugeriu que seja feita uma solicitação através do Ministério Público. **10.**  
312 **Encerramento:** Bruna agradeceu a presença de todas (os/es) e encerrou a Reunião  
313 Ordinária do Comitê Intersectorial de Acompanhamento da Política de Promoção e  
314 Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais,  
315 Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero do  
316 Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa  
317 e revisada pela secretária-executiva, Daiane Pego.